

Os caminhos das plantas: redes informais e auto-organizadas de produção e circulação de conhecimento no Império português

The plants' routes: informal and self-organised knowledge production and circulation networks in the Portuguese maritime Empire

Gisele Cristina da Conceição¹

gconceicao@letras.up.pt

<https://orcid.org/0000-0002-2251-805X>

Fabiano Bracht²

bracht.fabiano@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6707-2015>

Resumo: A partir da década de 1680 e até o final do século XVIII, as autoridades imperiais portuguesas voltaram suas atenções cada vez mais para o Atlântico Sul e a África ocidental. No entanto, isso não significou o fim das redes de circulação pelas quais circulavam pessoas, mercadorias e conhecimento e que, desde meados do século XVI, conectaram a Europa, América, África e Ásia. Reconfiguradas e com um novo centro gravitacional, essas redes promoviam a circulação do conhecimento produzido a respeito do mundo natural. Devido à grande variabilidade biótica das possessões imperiais havia grande interesse, por parte dos agentes coloniais, na virtualmente inesgotável diversidade botânica e seu grande potencial econômico. Produzido por uma grande diversidade de agentes, este conhecimento circulou pelas complexas redes, formais e informais, que constituíam os canais de comunicação imperiais. Este artigo procura compreender estes mecanismos de produção e circulação de conhecimento sobre plantas, a partir da ação dos indivíduos, tanto no seio de redes informais e auto-organizadas quanto no âmbito das instituições oficiais, sejam elas de natureza religiosa, política, militar ou acadêmica. Nesse sentido, nossas principais questões de partida são: como eram formadas estas redes? A que contextos sociais, geográficos, culturais, políticos e epistemológicos estiveram relacionadas? Qual foi o seu papel na circulação e produção do conhecimento? Para respondê-las, analisaremos as trajetórias de diversos agentes históricos que as formavam, o tipo de conhecimento que produziram e a forma como estavam articulados com as instituições imperiais.

Palavras-chave: História do conhecimento, Plantas medicinais, Redes de circulação, Ásia, Brasil.

Abstract: From the 1680s until the end of the eighteenth century, the Portuguese imperial authorities increasingly focused on the South Atlantic and West Africa. However, this did not mean the end of the circulation networks through which people, goods and knowledge circulated and which, since the mid-sixteenth century, had connected Europe, America,

¹ Universidade do Porto\CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto, Portugal.

² Universidade do Porto\CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto, Portugal.

Africa and Asia. Reconfigured and with a new gravitational centre, these networks promoted the circulation of knowledge produced about the natural world. Due to the great biotic variability of the imperial possessions, there was great interest on the part of colonial agents in the virtually inexhaustible botanical diversity and its great economic potential. Produced by a great diversity of agents, this knowledge circulated through the complex networks, formal and informal, that constituted the imperial communication channels. This article seeks to understand these mechanisms of production and circulation of knowledge about plants, based on the action of individuals, both within informal and self-organised networks and within official institutions, be they religious, political, military or academic. In this sense, our main starting questions are: how were these networks formed? To what social, geographical, cultural, political and epistemological contexts were they related? What was their role in the circulation and production of knowledge? To answer them, we will analyse the trajectories of several historical agents who formed them, the type of knowledge they produced, and how they were articulated with imperial institutions.

Keywords: History of knowledge, Medicinal plants, Circulation networks, Asia, Brazil.

Introdução

O Império português, no período moderno, pode ser compreendido como um complexo sistema de redes conectados a partir de diversos portos, interligados através da circulação de embarcações. Um sistema complexo, capaz de conectar o Atlântico Sul e Norte ao Índico e Pacífico (Yun-Casalilla, 2019). Por este sistema circularam diversos produtos comerciais, pessoas, objetos e ideias. As plantas estavam dentro deste escopo. Entretanto, mais que a circulação de espécies, o que podemos observar ao analisarmos o caso específico das plantas é a circulação de conhecimento sobre elas. Esta circulação se dava, essencialmente, através da comunicação oral ou de textos manuscritos, informações transmitidas entre especialistas ou intermediários. Muitas vezes, não eram necessariamente tratados médicos ou botânicos, mas cartas e trocas de correspondência entre agentes variados e geograficamente afastados, porém, conectados – seja por políticas imperiais, seja através das esferas de poderes locais (Bracht, 2019).

Neste artigo, pretendemos conectar a ideia de circulação de conhecimento à da formação de redes informais e auto-organizadas. Compreendemos que estas são estabelecidas, na maioria dos casos, através de uma figura central proeminente ou através de políticas estabelecidas por poderes centrais, tais como academias de ciências, universidades ou entidades religiosas (Ribeiro, 2016). Para o caso deste estudo, entendemos por redes informais aquelas formadas a partir de fora dos centros oficiais, ou seja, as Academias, instituições imperiais e Universidades. São informais, porque foram geradas a partir das atividades de indivíduos cujo vínculo a estas instituições não era formal, ou seja, não ocupavam cargos, não eram comissionados e não recebiam, para o desempenho de atividades de

produção de conhecimento, quaisquer tensas, mercês ou privilégios. Estes agentes, embora não conectados institucionalmente às redes imperiais, estiveram de alguma forma a atuar nas suas franjas e fazendo parte, portanto, dos circuitos de produção de conhecimento sem estarem, necessariamente, incluídos nos canais oficiais de fomento. Estes indivíduos, e os trabalhos por eles produzidos, fizeram parte de um processo extraoficial de produção e circulação de conhecimento, muitas vezes, imbuídos das políticas imperiais que moviam a produção de saberes, coordenada a partir das instituições oficiais, como a Academia das Ciências de Lisboa, por exemplo. A intenção, em parte expressiva dos casos, e como se irá demonstrar neste artigo, era a de obter a validação do trabalho feito, entrar para o circuito oficial e fazer parte das redes formais e imperiais de produção de conhecimento. Para compreender a formação destas redes, é fundamental reconhecer os agentes nelas contidos, compreender de que forma puderam, ou não, conectar-se com os poderes centrais. Mas, principalmente, compreender os motivos pelos quais estes agentes informais fizeram circular conhecimento sobre as plantas medicinais dos espaços coloniais através da complexa rede do Império português.

Pensando neste contexto, em termos históricos, a produção e a circulação do conhecimento estão ligadas ao estabelecimento de processos de comunicação transculturais (Pratt, 1992; Secord, 2004, p. 654-672). Recentemente, os historiadores atribuíram maior importância à percepção de que as redes informais transnacionais e auto-organizadas abrigaram estas dinâmicas intensas de produção de conhecimento. A análise das redes de circulação do conhecimento proporciona uma compreensão mais profunda das complexas realidades sociais inter-relacionais, explicando como os fenômenos

sociais e culturais emergem da interação, comunicação, relações sociais e instrumentais (White, 2004; Wendt, 2016). Ou seja, podemos, claro, olhar diretamente para um caso específico de uma planta medicinal que comprovadamente circulou pelo Império português, como no caso da raiz de João Lopes Pinheiro, que será abordado ao longo deste artigo. Entretanto, se analisarmos as redes e os agentes nelas contidos, podemos compreender uma outra dimensão desta circulação e aferir o impacto deste conhecimento em contexto imperial.

Nesse sentido, nossas principais questões de partida são: como eram formadas estas redes? A que contextos sociais, geográficos, culturais, políticos e epistemológicos estiveram relacionadas? Qual foi o seu papel na circulação e produção do conhecimento? Para respondê-las, analisaremos o papel de diversos agentes históricos, o tipo de conhecimento que produziram e a forma como estavam articulados com as instituições imperiais.

Uma grande multiplicidade de agentes

Em meados do século XVIII, o Império português pendia essencialmente para o Atlântico. No entanto, isso não impedia que ambos os hemisférios do Império, a Ocidente e a Oriente, estivessem conectados por intensa circulação de bens, pessoas e, consequentemente, conhecimento (Fernández-Armesto, 2010). No Índico, desde finais do século XVII, agentes ligados ao universo português permaneceram como importantes produtores de conhecimento. No mundo Atlântico, por sua vez, as atenções da Coroa voltavam-se cada vez mais para o Brasil e o imenso potencial que a sua diversidade natural apresentava (Pataca, 2006; Conceição, 2019), e para a África, em particular Angola, por causa dos lucros proporcionados pelo tráfico de pessoas escravizadas (Mello e Souza, 2004; Madeira-Santos, 2010). Foi durante este processo, condicionado pelas circunstâncias do declínio dos domínios no Oriente e a ascensão do império Atlântico e a mudança, fortemente influenciada pelo Iluminismo, da mentalidade da administração imperial, que se desenvolveram as redes de circulação de conhecimento do período setecentista (Furtado, 2012). As condições específicas deste desenvolvimento levaram à consolidação de complexas redes de agentes que, por um lado, estavam conectados de forma auto-organizada em torno de uma miríade de interesses comuns, enquanto, por outro, eram incentivados pelas políticas oficiais da Coroa ou pela atuação das diversas instituições, científicas, militares ou religiosas, que formavam o complexo imperial (Conceição, 2019). No caso dos territórios no espaço Atlântico, a grande multiplicidade de

agentes envolvidos nos processos de construção de conhecimento acerca de plantas medicinais é visível nas fontes documentais. De militares a advogados, funcionários da Coroa, médicos e cirurgiões, há um volume expressivo de trabalhos produzidos por esta variedade tipológica de agentes que, em grande parte, agiam de maneira informal e produziam conhecimento sem estarem diretamente conectados com as agências oficiais imperiais.

O declínio do poder português na Ásia pode ser explicado por uma conjunção de fatores. A partir da década de 1580, ingleses, franceses e holandeses ingressaram com seus navios no oceano Índico ao mesmo tempo que foram unificadas as coroas ibéricas sob o domínio Habsburgo. Assim, à competição comercial ao modelo europeu, com navios fortemente armados, bloqueios navais, ataques de corsários e ações agressivas em terra, somou-se uma sensível reordenação dos interesses estratégicos da Coroa e das elites metropolitanas (Disney, 2010, p. 302-333). Este processo acabou por resultar em um considerável decréscimo da importância relativa do império Oriental, que sofreu, entre os dois últimos decênios do século XVI e o primeiro quartel do XVIII, grave retração do seu poder e influência (Boxer, 2011; Schwartz, 2010; Avelar, 2012, p. 107-139).

No início do século XVIII, o Estado da Índia já não exercia um papel fundamental no que se refere ao controle do comércio asiático. No entanto, esta retração pouco afetou o alcance e a influência dos agentes portugueses, ou aqueles conectados às suas redes. Stuart B. Schwartz (2010), ao referir-se à diminuição do poder político, econômico e militar do Estado da Índia, lembra-nos de que, apesar das enormes perdas, isso não significou que os comerciantes privados não tenham continuado a prosperar, e tampouco que os mercenários, mercadores e os missionários portugueses que viviam de Macau ao Sião e à Abissínia tenham perdido alguma de sua importância no seio das sociedades locais.

A atuação destes agentes foi fundamental para o estabelecimento dos circuitos de produção e partilha de conhecimento, uma vez que mercenários, mercadores e missionários podem ser compreendidos dentro de uma considerável variedade tipológica. No caso dos missionários, Jesuítas entre eles, havia indivíduos oriundos de praticamente todo o mundo católico europeu; estes tiveram papel fundamental na formação de uma cultura de produção de conhecimento, intimamente conectada com a prática médica. No entanto, a partir da segunda metade do século XVII, os nativos da Ásia, muitos dos quais mestiços, formavam uma parcela cada vez maior dos contingentes dedicados às ordens religiosas e, também, dos membros do clero secular. Em grande parte, isso se deve ao surgimento, ainda em finais do século XVII, de congrega-

ções e irmandades cujos membros eram majoritariamente nativos (Lopes, 2006, p. 134-135). Estes missionários, em conjunto com mercadores, intérpretes, boticários e outros indivíduos, muitos dos quais eram também naturais da Ásia, contribuíram para a grande capilaridade das redes de circulação de conhecimento que envolviam agentes falantes de língua portuguesa.

O português na Ásia foi a língua franca no comércio, diplomacia e outras atividades até o final do século XVIII (Avelar, 2012). Um desenvolvimento similar ocorreu no âmbito da produção de conhecimento sobre as plantas, principalmente em seus campos mais prolíficos como a Filosofia Natural, Farmácia e Medicina. O caso arquetípico deste processo foi a composição do *Hortus Indicus Malabaricus*³, compêndio organizado e patrocinado pelo administrador das possessões holandesas no arquipélago indonésio, Hendrik Adriaan Van Reede tot Drakestein (1636-1691), publicada em Amsterdam entre 1678 e 1693. Com uma organização típica dos grandes tratados botânico/farmacêuticos de seu tempo, o *Hortus Malabaricus* contém 720 plantas medicinais, ou produtos delas derivados, do Sul e Sudeste da Ásia. A obra foi composta a partir da coleta de informações e cooperação de uma grande rede de colaboradores locais. Entre esses participantes, um intérprete luso-indiano, Emanuel Carneiro, traduziu para o português grande parte das informações, originalmente em diversas línguas e dialetos locais. A partir do português, as descrições foram traduzidas para o latim, língua na qual a obra foi publicada (Raj, 2010, p. 27-47).

O *Hortus Malabaricus* não foi a primeira nem seria a última obra a respeito da botânica e das propriedades medicinais de plantas asiáticas a ser composta dessa maneira. Havia grande interesse no tema desde o século XVI. A forma colaborativa, dependente de intensa negociação e compartilhamento intercultural de conhecimentos e informações com que foi produzida a obra de Reede tot Drakestein constituía a regra, não uma exceção (Bracht, 2019). Os europeus, para produzirem conhecimento sobre plantas, animais, minerais, drogas, doenças, geografia, línguas ou outros assuntos, tinham que negociar, em termos variáveis, a depender do espaço e de conjunturas de poder específicas, com os agentes locais. Na maioria das vezes, o conhecimento resultante desse processo precisou, como etapa inicial, passar pelo filtro do discernimento local, o qual definia o que valia a pena, ou mesmo o que era permitido que os europeus conhecessem (Raj, 2010). Informações como as que foram utilizadas para compor o *Hortus Ma*

labaricus, escritas ou não, dificilmente poderiam ter sido reunidas sem o estabelecimento de relações pessoais, de clientelismo e/ou confiança (Raj, 2013, p. 337-347).

A existência das conexões entre agentes europeus e atores locais não necessariamente resultava na produção de uma representação externa do conhecimento como, por exemplo, um texto, um artefato ou uma ferramenta. No caso do conhecimento sobre as plantas, essa característica era ainda mais representativa. Muitos dos indivíduos que produziram e fizeram circular este conhecimento não pertenciam aos seus nichos especializados de produção, tais como boticários, médicos, cirurgiões ou mesmo missionários com treinamento específico em farmácia ou filosofia natural. Nesse âmbito, um papel fundamental na constituição das redes informais de produção compartilhada e dos processos comunicacionais do conhecimento pode ser atribuído a alguns dos milhares de mercadores que circulavam entre a Europa e o Índico, muitas vezes com escalas providenciais na América ou na África. Um caso exemplar é o do mercador chamado João Lopes Pinheiro, cujo nome foi atribuído a uma ou mais plantas que tiveram ampla circulação ao longo de todo o século XVIII (Bracht, 2020).

Por volta de 1785, o ministério presidido pelo Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comissionou o então Cirurgião-Mor do Estado da Índia, Francisco Manuel Barroso da Silva, para investigar acerca das potencialidades econômicas de um conjunto de plantas medicinais que incluía, entre outras, o *pau cobra*, as raízes de *mongus*, *calumba* e de *João Lopes Pinheiro* (Bracht, 2020). Estes medicamentos de origem vegetal há muito circulavam no mundo lusófono, embora, em registro pré-lineano, tenham sido mencionados desde as primeiras edições das farmacopeias de João Curvo Semedo (1716) e de Manoel Rodrigues Coelho (1735). As informações enviadas a Lisboa pelo Cirurgião-Mor desvendam o desenvolvimento de um processo multidirecional de produção e circulação de conhecimento. Segundo Barroso, a dita raiz, também conhecida como *Raiz da Arvore Tefoleira*, era originária de Moçambique, tendo chegado à Índia através de João Lopes Pinheiro, “[...] hum Portuguez, que acompanhou para a Azia huma Missão Jesuita e hindo a Moçambique, e seu Continente em companhia dos ditos Padres [...]”⁴. Barroso afirmou ter obtido essas e outras informações de um praticante das artes de curar chamado Paulo Lopes, “[...] natural de Gôa, dedicado ao estudo de Medicina, passando depois a Moçambique, onde residio exercitando a dita profissão perto de 50 annos, [...] e recolhendo se

³ Reede tot Drakestein, Hendrik van. *Hortus Indicus Malabaricus: continens regni Malabarici apud Indos cereberrimi omnis generis plantas rariores, Latinas, Malabaricis, Arabicis, Brachmanum caractereibus hominibusque expressas*. Amstelaedami: sumptibus Johannis van Someren, et Joannis van Dyck, 1678. MBG – QK349.7.R4. Disponível em: <http://botanicus.org/title/b11939795>

⁴ AHMB – Remessa 388a.

depois a esta sua Patria, onde morreo com idade de mais de 90 annos [...]”⁵. Lopes contou ao Cirurgião-Mor que conheceu João Lopes Pinheiro vivendo entre os padres inacianos em Moçambique por volta de 1757, quando este então lhe contou que

*[...] observou que um Cafre de Manica, que costumava curar diferentes enfermidades somente com uso de diferentes Raizes, Arvores, Arbustos, Plantas, e Frutos; veio em certa occasião curar hum dos ditos Padres de huma dezentéria que o tinha já posto nos últimos [...] de vida, applicou-lhe repetidas vezes no dia, e noite huma raiz rossada com Agoa, e algumas vezes com Leite, sobre huma pedra, e que em poucos dias ficou curado o dito Padre [...]*⁶

A partir desta experiência, Lopes Pinheiro teria então observado “[...] repetidos curativos da mesma natureza [...]”, passando então a negociar a obtenção do conhecimento sobre a referida raiz “[...] por via de outros Cafres, para saber, e conhecer a Arvore [...] até que chegou a conhece-la pessoalmente, a fazer uso della nas referidas enfermidades com grande successo [...]”⁷. Ainda segundo o relato feito ao Cirurgião-Mor, Lopes Pinheiro teria angariado considerável dinheiro com a utilização e comercialização do medicamento, “[...] dando à referida Raiz o seu próprio nome [...]”⁸. No mesmo documento, Barroso da Silva relatou ao Conde de Linhares que João Lopes Pinheiro posteriormente estabeleceu-se como comerciante em Goa, onde continuou por muitos anos a exercer o comércio de drogas medicinais que trazia das mais diversas partes do Índico. Alguns anos mais tarde, no entanto, o mercador mudou-se para a colônia Holandesa em Batávia, na atual Indonésia, “[...] onde com as ditas Raizes continuou a fazer prodigiosas curas [...]”. Uma vez entre os holandeses, Lopes Pinheiro teria partilhado, ou vendido, a uma “madama hollandeza” o conhecimento que produziu e acumulou ao longo de muitos anos, tendo sido depois esta personagem a responsável pelo envio da *Raiz de João Lopes Pinheiro* à Europa⁹.

Os processos de circulação de conhecimento que envolveram a *raiz de João Lopes Pinheiro* refletem luz sobre o próprio funcionamento das cadeias de produção, extensão, reconfiguração e circulação de conhecimento, simultaneamente e de forma transversal às cadeias oficiais e às redes informais. De forma análoga também ocorreram os processos construção e a circulação do conhecimento

sobre as plantas, no âmbito da atuação das ordens missionárias, embora com uma sensível diferença no que se refere ao equilíbrio das relações de poder entre agentes europeus e locais. Neste universo, dois processos distintos podem ser observados: A interação entre os europeus e os agentes do conhecimento locais a partir da atuação da Companhia de Jesus, e os processos de produção sincrética de conhecimento, feita por asiáticos inseridos no âmbito das ordens religiosas com forte componente nativa.

A atuação das ordens religiosas e a circulação do conhecimento sobre plantas

Em termos de conhecimentos médicos e farmacêuticos, atenção especial deve ser dispensada ao papel das ordens religiosas. A cura e a assistência aos doentes eram atividades fundamentais para o projeto de conversão das populações dos territórios coloniais. A substituição dos médicos e curadores locais pelos seus equivalentes cristãos provou ser um eficaz meio de perpetuação do poder das autoridades eclesiásticas e uma forma eficiente de obter o acesso e a confiança das populações locais (Pardo-Tomás, 2014, p. 749-776). Além do alívio aos sofrimentos das populações, a fabricação e a distribuição de medicamentos também eram portadoras de forte poder simbólico.

De maneira geral, nos contextos coloniais ibéricos, fosse na Ásia, África ou América, todas as ordens religiosas manipularam, distribuíram e ministraram remédios e cuidados junto às populações locais (Pardo-Tomás, 2014, p. 749-776), com grande destaque para a atuação dos padres da Companhia de Jesus (Fleck, 2021). Os jesuítas invariavelmente mantiveram boticas nos seus colégios mais importantes. Nas suas relações com os habitantes dos diversos territórios coloniais trabalhavam com o objetivo de obter, de forma sistemática, conhecimentos a respeito dos procedimentos de cura das comunidades locais (Hsia, 2009). Em Angola, por exemplo, depois que os jesuítas foram expulsos entre 1760 e 1770, a situação das populações locais, especialmente em Luanda, foi de completo caos, pois estes eram responsáveis por muitas das boticas angolanas que produziam remédios localmente. A população angolana, principalmente em Luanda, começou a sofrer com a falta de medicamentos e igualmente com a falta de médicos. Uma crise de saúde pública instalou-se, e o governo central em Lisboa foi

⁵ AHMB – Remessa 388a.

⁶ AHMB – Remessa 388a.

⁷ AHMB – Remessa 388a.

⁸ AHMB – Remessa 388a.

⁹ AHMB – Remessa 388a.

acionado para que medidas urgentes fossem tomadas (Conceição, 2022).

Ainda na Ásia, por exemplo, os padres inacianos se apropriaram de um considerável volume de conhecimento médico-botânico através da tradução de textos chineses e indianos, utilizando-se dessa estratégia para conseguir a abertura de canais de negociação com as elites locais, que muitas vezes lhes permitiram o estabelecimento de suas missões em diversos pontos de seus territórios (Bracht, 2019).

Um exemplo representativo do tipo de conhecimento farmacêutico-botânico que era produzido nesse contexto pode ser encontrado nos arquivos da Academia das Ciências de Lisboa. O manuscrito intitulado *Simplices sinicos medicinaes com suas qualidades e virtudes tirados do Livro, que tem por título Y Haoc, traduzido para o português pelo Padre António de Barros*¹⁰, é um pequeno compêndio sobre plantas medicinais, contendo mais de 250 medicamentos à base de plantas e suas prescrições. Trata-se de uma cópia, feita ao final do século XVIII, cujo título original foi perdido. Seu autor foi o padre jesuíta António de Barros (1717-1759). Nascido em Macau, filho de uma importante família sino-portuguesa e ingressado na ordem jesuíta por volta de 1732, Barros passou a maior parte de sua vida na província litorânea de Quảng Ngãi, no atual Vietnam, para onde foi enviado em 1737 (Dehergne, 1973, p. 25).

Ao longo dos mais de 30 anos em que viveu entre os habitantes da província de Quảng Ngãi, Barros dedicou-se a reunir informações a respeito dos conhecimentos locais sobre doenças, drogas medicinais e suas aplicações. Das mais de 251 drogas medicinais descritas em seu tratado, 213 são plantas ou medicamentos derivados de origem vegetal. As drogas estão acompanhadas de seus nomes vietnamitas, escritos com caracteres latinos e seguindo a estrutura fonética do português. Além dos nomes locais, as plantas e outras drogas também são identificadas em caracteres da escrita tradicional chinesa¹¹.

O título do livro, *Y Haoc*, é um dos termos vietnamitas para Medicina, e, ao contrário do que o título do manuscrito em português indica, este não é um simples trabalho de tradução. As plantas no tratado são apresentadas segundo seus princípios de aplicação na Medicina tradicional vietnamita, no entanto, também reconfiguradas para encaixarem-se no sistema galênico, descritas dentro da teoria humoral e segundo suas características organolépticas. Ao mesmo tempo, as drogas também são comparadas, em busca de seus equivalentes, àquelas comumente encontradas nos compêndios farmacêuticos europeus. Ao fazer referências às nomenclaturas vietnamita, portuguesa e chinesa, assim como à aplicação das

plantas nos três universos, Barros foi capaz de promover o entrecruzamento de três culturas farmacêutico-botânicas, o galenismo, a tradição vietnamita e o cânone medicinal chinês. Ao longo dos séculos em que estiveram na Ásia, partes importantes da farmacopeia jesuítica foram compostas a partir da circulação multivariada desse tipo de manuscrito, destinado ao uso exclusivo dos membros da Ordem (Bracht, 2019).

A produção de conhecimento através das Ordens religiosas é uma das dimensões mais importantes do complexo de circulação de conhecimento sobre plantas medicinais no Império português. Uma produção baseada no trabalho de agentes, muitas vezes informais, como António de Barros, que, entretanto, estava conectado com o poder central através da Companhia de Jesus. Há um outro e importante fator neste processo que está diretamente ligado às instituições oficiais de produção de conhecimento, desta vez, instituições não religiosas que tinham como principal objetivo pensar, em termos teórico-metodológicos, a organização do trabalho de produção de conhecimento, tanto no espaço europeu quanto nos espaços coloniais.

Produção e circulação de conhecimento nos espaços coloniais – entre as instituições e os agentes informais

Durante o século XVIII, por diversas razões conjunturais, a Coroa portuguesa promoveu modificações na estrutura administrativa imperial, seja no ambiente metropolitano ou nos espaços coloniais do Índico ou Atlântico. Boa parte desta nova conjuntura administrativa esteve também intimamente conectada com mudanças estruturais na educação e na ciência. Havia uma pressão para que novas formas de pensar a formação e manutenção das sociedades científicas e a própria Universidade de Coimbra se tornassem parte da ordem do dia na administração do Império (Pataca, 2006; Conceição, 2019, Kury, 2008). A partir do trabalho intensivo de figuras da intelectualidade portuguesa, tais como Dom Luís da Cunha, António Nunes Ribeiro Sanches, Jacob de Castro Sarmiento, Avelar Brotero e muitos outros, a partir de 1750 a educação e a ciência, em Portugal e suas colônias, passaram a ganhar novos modelos metodológicos e teóricos de orientação. Os estudos sobre a História Natural dos espaços metropolitanos e, principalmente, coloniais passaram a figurar

¹⁰ ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 335.

¹¹ Trata-se da escrita chinesa tradicional, ainda utilizada, principalmente em Cantão.

centralmente no âmbito científico, político e econômico do Império (Conceição, 2019).

Estes novos modelos exerceram influência sobre dois aspectos referentes à história da produção de conhecimento nos universos coloniais. Primeiro, embora de maneira relativamente errática, alternaram-se períodos de mais ou menos incentivo, ampliando-se o fomento a atividades de cunho científico, em grande parte motivadas pela necessidade de reestruturação da viabilidade econômica para os espaços coloniais. Aspiração antiga de parte da elite intelectual metropolitana, durante o século XVIII, principalmente a partir do final do reinado de D. João V (1706-1750), essas políticas de fomento tornaram-se consideravelmente mais sistemáticas (Furtado, 2012; Domingues, 2001).

Aceleradas durante o ministério do Marquês de Pombal – entre 1750 e 1777 –, essas políticas abrangiam diversos aspectos da vida colonial, provocando sensíveis reformulações no âmbito educacional, militar, científico, administrativo, econômico e religioso (Pataca, 2006; Brigola, 2009; Lopes e Matos, 2006). Este processo fomentou a construção de redes que conectavam os agentes através de uma série de instituições relativamente novas, como as academias de História, fundada em 1720, e das Ciências, criada em 1779. Deu-se também uma maior participação da Universidade Coimbra, desde a década de 1750, com uma ação fomentadora e normativa sobre a produção de conhecimento que deveria ser empreendida nos espaços coloniais (Pataca, 2006). Para completar esse quadro, por todo o Império foram criados novos estabelecimentos de ensino e as atividades pedagógicas foram subitamente retiradas do controle jesuítico (Vogel, 2017, p. 71-163).

A partir da segunda metade do século XVIII, com o apoio da Coroa e o envolvimento de diversas instituições, criou-se um novo ambiente para a produção de conhecimento sobre e nas colônias. Os esforços nesse sentido dirigiram-se, de forma mais acentuada, ao universo Atlântico, uma vez que o Brasil, principalmente, mas também Angola, se haviam configurado como componentes principais na engrenagem econômica do Império (Raminelli, 2012, p. 36-67).

As políticas de incentivo às investigações sobre as potencialidades naturais dos espaços coloniais avançaram e intensificaram-se a partir do período seguinte ao ministério pombalino, durante o reinado de D. Maria I, com uma considerável expansão dos projetos dedicados à organização de Expedições Filosóficas, financiadas pela Coroa e coordenadas a partir da Universidade de Coimbra por Domenico Vandelli e sua equipe (Brigola, 2009). Como já referido no início deste artigo, foi a partir deste período que o envolvimento de diversos setores da sociedade, com a congregação dos trabalhos de matemáticos, militares,

astrônomos, médicos, cirurgiões, clérigos, funcionários da Coroa, engenheiros e naturalistas, alguns vindos de outras partes da Europa, intensificou-se. Este corpo incluía agentes que não tinham necessariamente uma formação acadêmica nesses campos do conhecimento, mas que, de alguma forma, tiveram contato com as instruções para recolher informações sobre o ambiente natural, formuladas na Universidade de Coimbra reformada e, posteriormente, pela Academia das Ciências de Lisboa, principalmente através das Memórias Econômicas e das instruções oficiais sobre a melhor forma de recolher informações sobre a natureza colonial (Pereira, 2023; Brigola, 2009). Parte expressiva da circulação de conhecimento neste período foi promovida principalmente através do trabalho de Vandelli, a partir da Universidade de Coimbra e mais tarde através da ação da Academia das Ciências de Lisboa, aqui consideradas como instituições oficiais (formais). Dentro deste contexto é que podemos observar que o conhecimento sobre as plantas medicinais dos espaços coloniais esteve intimamente ligado à produção de saberes, em grande parte, produzidos por agentes informais que de alguma forma estiveram em contato com as políticas centrais e com os manuais produzidos no âmbito das novas políticas imperiais para a ciência (Conceição, 2019).

No entanto, estudos recentes têm apontado para algumas particularidades relativas ao projeto de Vandelli sobre a produção de conhecimento nos espaços coloniais. Quantitativamente, o que se pode observar através da análise das fontes documentais, principalmente a partir de 1750, são trabalhos produzidos fora do âmbito oficial das expedições científicas, ou seja, foram produzidas por agentes não acadêmicos e que não estavam dentro do sistema oficial de Vandelli, e tampouco da Academia das Ciências de Lisboa. Numericamente falando, indivíduos com formação educacional e profissional variada somaram-se ao número mais significativo de trabalhos produzidos sobre a História Natural e as potencialidades naturais das colônias. Especialmente relativos às plantas medicinais do Brasil (Conceição, 2019, p. 49-67). De uma forma ou de outra, estes agentes estiveram conectados com as políticas imperiais que fomentavam a produção de conhecimento sobre plantas medicinais, mas não foram subordinados ao sistema oficial e não ganharam qualquer tipo de apoio financeiro para produzir seus trabalhos. Esta pode ser considerada a principal característica das redes informais no caso Atlântico português. Uma produção variada e desempenhada por agentes que não estavam inseridos nos circuitos oficiais e tampouco recebiam qualquer tipo de apoio para desenvolver estudos sobre as potencialidades naturais das colônias. Entretanto, mesmo sendo criadas de maneira informal, estas redes estavam virtualmente conectadas a figuras ou entidades centrais, seja através dos

poderes locais ou de tentativas de inserção destes autores nos circuitos oficiais, principalmente por meio de trocas de correspondência e circulação de textos manuscritos.

No caso do espaço Atlântico português, podemos dizer que Domenico Vandelli, a Universidade de Coimbra e a Academia das Ciências de Lisboa seriam o eixo central da construção das redes auto-organizadas de produção e circulação de conhecimento, assim como foram as Ordens Religiosas no Índico. Estas instituições fomentavam a produção de conhecimento, mas não a controlavam. O controle sobre o que produzir, por que e para quem enviar, era determinado pelo próprio produtor do trabalho, como veremos em exemplos a seguir. Estas instituições e suas políticas de fomento à produção de conhecimento foram o gatilho central para que agentes informais produzissem e fizessem circular saberes variados. As discussões sobre as políticas de incentivo à implementação de novos modelos de desenvolvimento da ciência em Portugal e no seu Império não estiveram contidas na metrópole, mas permearam os ideais dos intelectuais que estavam em circulação por todo o Império e que, de uma forma variada, conectaram-se com agentes informais, geralmente, residentes nos territórios coloniais (Polónia, 2017; Conceição, 2019).

Estas relações e conexões foram construídas com base em intensas e extensas relações de poder, entre os agentes europeus e os locais, quase sempre envolvendo as populações originárias. Esta relação pode ser vista a partir do resultado direto das políticas de incentivo que beneficiaram certos segmentos das populações coloniais – um cenário quase que exclusivamente baseado em homens brancos com posições sociais privilegiadas, que normalmente estavam logo abaixo da alta aristocracia de origem europeia estabelecida nas colônias (Pataca, 2006; Bracht, 2019, p. 129). Existem inúmeros exemplos deste processo; vamos abordar dois casos que demonstram o perfil destes agentes e as possíveis motivações que os levaram a produzir conhecimento sobre plantas medicinais.

O primeiro caso é do médico português, nascido em Vila Real, Francisco António de Sampaio. Mudou-se para o Brasil ainda jovem e, depois de um curto périplo pelas Capitanias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, fixou-se na Bahia, na Vila da Cachoeira¹². Tinha estreitas conexões com os poderes locais e recebeu através destas as notícias vindas de Lisboa de que a Academia das Ciências estava interessada em publicar trabalhos sobre a História Natural das colônias. As políticas imperiais relativas à produção de conhecimento sobre plantas medicinais chegaram até Francisco António de Sampaio, que procurou

estabelecer uma comunicação direta com a Academia das Ciências de Lisboa através do Juiz de fora da Vila da Cachoeira, Joaquim de Amorim Castro (Conceição, 2018). Sampaio trocou uma série de cartas com a Academia e conseguiu convencer seus membros de que deveriam receber o trabalho que estava sendo produzido por ele sobre medicina e plantas medicinais locais. Em sua *História dos reinos vegetal, animal e mineral pertencente a medicina*¹³, relatou inúmeras plantas medicinais, suas qualidades e usos. Parte de seu conhecimento sobre algumas espécies de plantas é claramente fruto de processos de circulação de informações e conhecimento, não necessariamente empirismo próprio.

A *História* de Sampaio sobre plantas medicinais foi construída, em grande parte, a partir de seu próprio conhecimento sobre as plantas locais. Entretanto, ele cita, por exemplo, Manoel Rodrigues Coelho e Francisco da Fonseca Henriques, respectivamente nas obras *Pharcopeia tubalense* (1735) e *Ancora medicinal* (1731), para descrever as propriedades medicinais de duas plantas, a *contraerva* e o *Mondobins*. Ele cita partes dos trabalhos destes autores para descrever ambas as plantas, e simultaneamente incorpora o seu conhecimento empírico. Há também alguma nota ao longo de seu trabalho sobre o conhecimento indígena, entretanto, não é manifesto. A intenção é claramente a de produzir um trabalho com características europeias, para ser aceito pela Academia das Ciências de Lisboa e, quem sabe, publicado. Por essa razão, é evidente a tentativa de minimizar a presença do conhecimento das populações locais. Ainda assim, há indicação de que houve um processo de transculturação em ao menos 11 descrições de plantas, tais como o *jenipapo*, *cajueiro*, *dandá* e *pintangueira*. Referidos por Sampaio como “*gente da terra*” ou “*vulgo*”, estes teriam sido agentes intermediários no processo de construção de conhecimento, uma troca estabelecida a partir de sua relação com as populações locais.

São mais de 80 descrições de plantas, todas, segundo Francisco António de Sampaio, aprovadas por ele próprio no uso diário enquanto exercia medicina na Vila da Cachoeira. Algumas das plantas já tinham ampla circulação, portanto, eram largamente conhecidas, e algumas sequer tinham origem local, como a *baboza* e a *batata*. Outras, como a *coirana*, *ninga* e *gitirana*, sugerem uma origem local e são pouco reconhecidas, ao menos com estes nomes, em outros trabalhos produzidos em território colonial. No entanto, algumas plantas também podem ser encontradas em outros trabalhos sobre plantas medicinais e produzidos em outros territórios coloniais,

¹² ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 1944, p. 233, p. 282, p. 402. Correspondência endereçada à Academia das Ciências entre 1780-1790.

¹³ Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, manuscritos, I-12,01,019. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss22949/mss22949.pdf

¹⁴ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 21.

como na Índia, por exemplo, no trabalho do indiano da casta brâmane Luís Caetano de Meneses, ingresso da Congregação do Oratório de Goa – *Medicina Oriental, Socorro Indico*, produzido entre 1740 e 1770¹⁴. É possível encontrar ao menos 10 correspondências de plantas medicinais também descritas por Francisco António de Sampaio, como a *malícia de mulher*, *canafístola*, *ipecacuanha*, *dormideira*, *baboza*. Assim como o trabalho de Francisco António de Sampaio, a obra de Luís Caetano de Meneses também foi enviada para Lisboa com o objetivo de se inserir no circuito oficial da produção de conhecimento imperial (Bracht, 2019). O trabalho de Francisco António de Sampaio circulou informalmente no final do século XVIII até meados do século XIX. Da Vila da Cachoeira foi para a Academia das Ciências de Lisboa, e dela para o espólio de um particular, Manuel Joaquim Henriques de Paiva, que o doou, em 1853, ao Instituto Histórico Geográfico, posteriormente ficando sob a tutela da Sociedade Farmacêutica Brasileira (Conceição, 2019, p. 231). Ele conseguiu algum reconhecimento dos circuitos oficiais, pois foi tornado sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa no final do século. Entretanto, nunca teve um trabalho publicado nas Memórias da Academia, e seus estudos sobre a medicina local da Capitania da Bahia permaneceram manuscritos.

Um outro exemplo desta produção de conhecimento informal desenvolvida em território colonial pode ser observado a partir de um contemporâneo de Francisco António de Sampaio, o baiano Domingos Alves Branco Muniz Barreto. Militar de média patente, sua principal função em território colonial era o controle das populações originárias – conhecer e reconhecer seus costumes e garantir que estivessem pacificamente dentro do sistema de “aprisionamento” determinado pela Coroa depois que os jesuítas foram expulsos (Conceição, 2021). Portanto, estava conectado com os setores administrativos em território colonial e, por essa razão, teve conhecimento das políticas imperiais relativas à produção de conhecimento sobre plantas medicinais, e do prestígio que este tipo de produção de conhecimento poderia gerar.

Domingos Alves Branco Muniz Barreto escreveu diversos trabalhos, com características variadas, desde descrições dos aldeamentos indígenas a descrições geográficas e naturais. Percorreu diversas capitanias, desde a Bahia até o Sul da América Portuguesa, a Capitania do Rio Grande de São Pedro. Impactado pelas políticas imperiais que fomentavam a produção de conhecimento em território colonial, ele decidiu escrever um trabalho¹⁵ sobre plantas medicinais do interior da Bahia a partir do

conhecimento das populações locais, ou seja, a partir do conhecimento das populações originárias às quais estava conectado através de seu trabalho como administrador dos aldeamentos. Não há muitas evidências de que tenha incorporado conhecimentos outros, principalmente, de origem europeia ou vindos de outros espaços coloniais, como no caso muito evidente de Francisco António de Sampaio. Entretanto, ele não deixou de citar alguns autores europeus, como Gaspard Bauhin e Carl von Linné.

A principal característica observável no trabalho de Muniz Barreto está na clareza com que cita o conhecimento indígena sobre as plantas medicinais que descreveu. Vale mencionar que Muniz Barreto nunca exerceu medicina ou artes de curar. Seu trabalho foi fruto de empirismo, através de complexos processos de observação, trocas e negociações entre ele e as populações locais, e que foram claramente expressos em seu trabalho. No processo de construção de conhecimento empreendido por Muniz Barreto não há qualquer tentativa de obscurecer o conhecimento local, muito pelo contrário:

Da povoação de Uma segui por terra para a aldeia dos índios de S. Fidélis, que fica distante légua e meia, por serem estes igualmente experientes de ervas medicinais. Muito satisfeito fiquei nessa observação porque aprontou-me o regente dessa aldeia seis índios, os mais experientes ervolários” (p. 297 verso)¹⁶.

Fazendo uso de seu poder sobre as populações locais, e sua posição administrativa privilegiada, obteve acesso facilitado entre as tribos indígenas do interior da Bahia, percorrendo-as sempre com o mesmo objetivo: produzir conhecimento sobre as plantas medicinais locais a partir do conhecimento indígena.

Sua intenção era enviar o trabalho para a Academia das Ciências de Lisboa, incluindo também desenhos de cada espécie descrita. Ele próprio produziu os desenhos, segundo as instruções oficiais organizadas em Lisboa. Ele percorreu cinco aldeias, *Ilha de Guiepe*; *Villa de Santarém dos Índios*; *Povoação de Jequié*; *Aldeia de S. Fidélis dos Índios*; *Aldeia dos Índios de Nossa Senhora dos Prazeres*, e descreveu 35 plantas. Seu trabalho circulou com alguma intensidade através de suas próprias redes informais. Ele enviou ao menos quatro cópias de seu trabalho para Lisboa. Todos os trabalhos acabaram sendo anexados aos acervos de importantes centros de documentação, como a Academia das Ciências de Lisboa, o Museu do Jardim Botânico da Ajuda. Um exemplar também acabou por chegar às mãos do Visconde de Balsemão, passando posteriormente a

¹⁵ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 627.

¹⁶ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 374 (25).

fazer parte do acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Há também cópias em centros de documentação no Brasil, como a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e o acervo do Jardim Botânico, também no Rio¹⁷. Sua intenção era fazer circular a informação, não necessariamente ter o trabalho publicado, o que de fato nunca aconteceu. Nem todas as plantas descritas têm origem local, como a *cravina*, por exemplo, cuja origem é asiática. Entretanto, quantitativamente, o trabalho de Muniz Barreto é maioritariamente composto por plantas locais, como a *caroba* (ou jacarandá caroba) e a *pindaíba*, que tem origens no centro-oeste, sul e sudeste do Brasil.

Tanto Francisco António de Sampaio quanto Domingos Alves Branco Muniz Barreto e até Francisco Manuel Barroso da Silva e António de Barros fazem parte do escopo da produção de conhecimento sobre plantas medicinais dos espaços coloniais do Império português. Estes foram agentes informais, conectados às políticas imperiais.

A hipótese central, demonstrada a partir das análises das fontes, é a de que a produção e circulação do conhecimento, durante o Período Moderno, foram essencialmente marcadas pela ação de uma vasta gama de agentes através do estabelecimento e manutenção de redes informais e auto-organizadas (Antunes, Polónia, 2016). Dentro destas redes, o conhecimento seria menos sobre um sistema unificado, e mais uma série de conjuntos que, entre outros, envolveria aspectos históricos relacionados com a identidade cultural dos seus produtores, os materiais e instrumentais a eles disponíveis, e com as práticas sociais, conjunturas políticas e dimensões cognitivas. Ou seja, para cada local, uma tipologia de conhecimento foi produzida, mesmo que a finalidade fosse a mesma. A produção de conhecimento, então, seria também influenciada pelos processos de circulação deste entre os diferentes produtores, associados a fatores locais, a processos de troca e negociação e de reconfiguração, frequentemente implicando relações de poder (Raj, 2010 e 2013; Livingstone, 2013; Schaffer, 2009). A análise das redes de circulação do conhecimento proporciona uma compreensão mais profunda das complexas realidades sociais inter-relacionais, explicando como os fenômenos sociais e culturais emergem da interação, comunicação e das relações sociais e instrumentais (White, 2004, p. 179-192).

Francisco Manuel Barroso da Silva, Francisco António de Sampaio, Domingos Alves Branco Muniz Barreto, João Lopes Pinheiro e António de Barros são exemplos deste processo. Do Índico ao Atlântico, foram os

agentes informais que produziram uma parte significativa do conhecimento sobre plantas medicinais e promoveram a circulação sobre elas através de suas redes de contato.

Considerações finais

Ao longo da Era Moderna, a produção de conhecimento Filosófico Natural e alguns de seus campos relacionados, como a Medicina e a Farmácia, foi fortemente influenciada pela grande variabilidade das formas como se estabeleceram as relações interculturais no âmbito da expansão dos impérios coloniais (Pratt, 1992, p. 6). Em termos de circulação de conhecimento, os espaços coloniais constituíram-se como regiões fronteiriças, de grande dinamismo e mutabilidade, regiões em disputa, com marcos de limites culturais estabelecidos e, por vezes, difíceis de serem ultrapassados. Nestes territórios em disputa, novas dinâmicas culturais emergiram forçosamente à medida que o conflito se desenvolvia.

Em termos de produção de conhecimento, o termo *fronteira* aqui adquire um sentido muito próximo do utilizado por Richard White (2001), no qual em um determinado espaço geográfico e temporal ocorrem séries de interações sociais, políticas e econômicas. A produção do conhecimento sobre plantas medicinais está contida em ambas as interações. A produção de conhecimento nos ambientes coloniais emergiu do conflito, através de sensíveis processos de negociação, do conflito e dos interesses cruzados, envolvendo nestes processos os agentes oficiais, não oficiais e segmentos variados das populações locais. Em grande parte, a história da produção de conhecimento como um todo, e certamente no âmbito da medicina e das plantas medicinais, é um exemplo arquetípico deste tipo de processo.

Em termos de processos de produção e circulação de conhecimento, o Império Português desenvolveu-se como um complexo de vias de múltiplos sentidos. Essas vias eram percorridas pelos elementos que aproximaram quatro continentes. O conhecimento que produziam era também um reflexo disso, uma mescla sincrética composta do uso de elementos locais e europeus, combinados com substâncias que faziam parte da miríade de produtos a circular pelo Império. Desta produção, torna-se fundamental procurar-se compreender em que medida o conhecimento produzido foi fruto direto da ação imperial, ou seja, oficial e organizada a partir das instituições metropolitanas. Des-

¹⁷ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 374 (25). Viagem a parte da Comarca dos Ilheos na Capitania da Bahia/[Domingos Alves Branco Muniz Barreto]; ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 627. Plantas do Certão do Gram Pará; BPMP, reservados, 3ª série – Brasil, Cota: MS 688. Descrição de parte da Comarca dos Ilheos da Capitania da Bahia dirigida à Academia R. das Sciencias de Lisboa; BPMP, reservados, 3ª série – Brasil, Cota: MS 436. Ervas Medicinais do Brasil; FBN, manuscritos, 03,01,018, BNRJ-Digital. Cota: mssp0000114. Notícia da viagem e jornadas que fez o capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas vilas e aldeias das comarcas dos Ilhéus e norte na capitania da Bahia; FBN, manuscritos, 50, 1, 029. "Notícia da viagem e jornadas que fez o capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os índios e sublevados nas vilas, aldeias das comarcas dos Ilhéus, Norte na capitania da Bahia".

te cenário, lançar bases para a compreensão da produção de conhecimento sobre plantas medicinais no Império português passa, sem dúvida, pela análise da produção informal, e que foi auto-organizada por uma grande variedade de agentes. Desta produção, podemos dizer que se somou um volume expressivo de textos e conhecimento sobre as plantas, e este conhecimento circulou intensamente ao longo do período moderno, modificando a maneira como a Medicina e a Farmácia eram pensadas e praticadas.

Referências

- ANTUNES, Cátia; POLÓNIA, Amelia. 2016. *Beyond Empires: Global, Self-Organizing, Cross-Imperial Networks, 1500-1800*. Leiden, Boston, Brill.
- AVELAR, Pedro. 2012. *História de Goa: de Albuquerque a Vassalo Silva*. Alfragide, Texto Editores, p. 107-139.
- BOXER, Charles Ralph. 2011. *O Império Marítimo Português 1415 – 1825*. Lisboa, Edições 70.
- BRACHT, Fabiano. 2020. Entre brâmanes, cirurgiões e mercadores: agentes da produção e circulação do conhecimento médico no Oriente português setecentista. *Topoi* (Rio J.) **21**(44), May-Aug. <https://doi.org/10.1590/2237-101X02104405>
- BRACHT, Fabiano. 2019. *Ao Ritmo das Monções: Medicina, Farmácia, Filosofia Natural e produção de conhecimento na Índia Portuguesa do século XVIII*. Porto, Portugal, CITCEM/Edições Afrontamento.
- BRIGOLA, João Carlos. 2009. *Coleccionismo no século XVIII: textos e documentos*. Porto, Porto Editora.
- CONCEIÇÃO, Gisele C. 2022. Conexões entre dois mundos: Prática médica, artes de curar e os saberes locais angolanos nos textos europeus ao longo do século XVIII. *Asclepio*, **74**(2):605. <https://doi.org/10.3989/asclepio.2022.18>
- CONCEIÇÃO, Gisele C. 2021. Um manual que todos possam usar: O conhecimento indígena sobre plantas medicinais do Brasil setecentista e as observações filosófico-naturais de Domingos Alves Branco Muniz Barreto. *História (São Paulo)*, **40**:1-28.
- CONCEIÇÃO, Gisele C. 2019. *Natureza ilustrada: processos de construção e circulação de conhecimento Filosófico-Natural sobre o Brasil na segunda metade do século XVIII*. Porto, FLUP-CITCEM, vol. 1, 300 p.
- CONCEIÇÃO, Gisele C. 2018. Francisco António de Sampaio e sua História Natural da Vila da Cachoeira. *Revista de História (USP)*, **177**, a02217:01-38.
- DEHERGNE, Joseph. 1973. Répertoire des Jésuites de Chine, de 1542 à 1800. Roma, Bibliotheca Institutii Historici Societatis Iesu.
- DISNEY, A. R. História de Portugal e do Império Português. Cambridge: Syndicate of the Press of the University of Cambridge, vol. II, 2010.
- DOMINGUES, Ângela. 2001. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, **VIII**(suplemento):823-838.
- FURTADO, Júnia Ferreira. 2012. *Oráculos da Geografia Iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- FLECK, Eliane Cristina Deckmann. 2021. Sobre enfermidades, práticas de cura e experimentalismos: a saúde das almas e dos corpos na Província Jesuítica do Paraguai, séculos XVII e XVIII. *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, 1:01-20.
- HSIA, Florence. 2009. *Sojourners in a Strange Land: Jesuits and their Scientific Missions in Late Imperial China*. Chicago, University of Chicago Press.
- FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. 2010. Rede Económica do Mundo Atlântico Português. In: Francisco BETHENCOURT; Diogo Ramada CURTO (org.), *Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*. Lisboa, Edições 70, p. 114-115.
- KURY, Lorelai. 2008. A Filosofia das Viagens. In: Lorelai KURY (org.), *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro, Editora Dantes, p. 73-84.
- LIVINGSTONE, David N. 2013. *Putting Science in its place: Geographies of Science Knowledge*. Chicago, University of Chicago Press.
- LOPES, Maria de Jesus dos Mártires; MATOS, Paulo Lopes. 2006. Naturais, Reinóis e Luso-descendentes: a socialização conseguida. In: Maria de Jesus dos Mártires LOPES (coord.), *O Império Oriental: Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2*. Lisboa, Editora Estampa, p. 15-70.
- LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. 2006. Ensino e Cultura. In: Maria de Jesus dos Mártires LOPES (coord.), *O Império Oriental: Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2*. Lisboa, Editora Estampa, p. 133-160.
- MADEIRA-SANTOS, Catarina. 2010. Administrative Knowledges in a Colonial Context (Angola XVIIIth Century). *The British Journal for the History of Science*, **43**(4):539-556.
- MELLO E SOUZA, Marina de. 2004. As conexões escravistas do Brasil no mundo atlântico. *Afro-Ásia*, Salvador, **31**:259-263.
- PARGO-TOMÁS, José. 2014. Pluralismo médico y medicina de la conversión: Fray Agustín Farfán y los agustinos in Nueva España, 1533-1610. *Hispania*, **LXXIV**(248):749-776.
- PATACA, Ermelinda Moutinho. 2006. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. 2023. “Instrução sobre a escolha, preparação e remessa das sementes e cebolas das plantas, que se mandarem vir de África e do Brasil”. Fontes, *História Ciências Saúde – Manguinhos*, 30. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702023000100009>.
- POLÓNIA, Amelia. 2017. Interactions Between the Local and the Global: Brokers and Go-betweens within the Portuguese State of India (1500–1700). *Asian Review of World Histories*, **5**(1):113-140. <http://dx.doi.org/10.12773/arwh.2017.5.1.113>.
- PRATT, Mary Louise. 1992. *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. London/New York, Routledge.
- RAJ, Kapil. 2010. *Relocating modern Science: Circulation and the Construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1650 – 1900*. Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- RAJ, Kapil. 2013. Beyond Postcolonialism ... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science. *Isis*, **104**(2):337-347.
- RAMINELLI, Ronald. 2012. Ilustração e Império colonial. *Revista de História*, São Paulo, **31**(2):36-67.
- RIBEIRO, Ana Sofia. 2016. *Early Modern Trading Networks in Europe: Cooperation and the case of Simon Ruiz*. New York, Routledge.
- SCHAFER, Simon. 2009. *The Brokered World: Go-Betweens and Global Intelligence, 1770–1820*. (Co-editor with Lissa Roberts, Kapil Raj and James Delbourgo). Sagamore Beach, MA, Science History Publications.

- SCHWARTZ, Stuart B. 2010. A Economia do Império Português. In: Francisco BETHENCOURT; Diogo Ramada CURTO (org.), *Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*. Lisboa, Edições 70, p. 21-51.
- SECORD, James A. 2004. Knowledge in Transit. *Isis*, 4(95):654-672.
- VOGEL, Christine. 2017. *Guerra aos Jesuítas: A propaganda antijesuítica do Marquês de Pombal em Portugal e na Europa*. Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, p. 71-263.
- WENDT, Helge. 2016. *The Globalisation of Knowledge in the Iberian Colonial World*. Berlin, Max Planck Research Library for the History and Development of Knowledge, Proceedings, 10.
- WHITE, Richard. 2001. *The Middle Ground: Indians, Empires and Republics in the Great Lakes Region, 1650 – 1815*. Cambridge, Cambridge University Press.
- WHITE, Douglas R. 2004. Network Analysis and Social Dynamics. *Cybernetics and Systems*, 35:179-192.
- YUN-CASALILLA, Bartolomé. 2019. *Iberian World Empires and the Globalisation of Europe 1415–1668*. London, Palgrave Macmillan.

Submetido em: 27/04/2023

Aceito em: 05/10/2023